

CONCURSO PÚBLICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS E
INFRAESTRUTURAS



1. PROGRAMA DO CONCURSO

1 Tipo de procedimento, designação e objeto

- a) O presente procedimento consiste num Concurso Público Internacional e tem por objeto a aquisição de serviços de financiamento verde e sustentável, configurando um empréstimo de médio e longo prazo para financiamento dos projetos a realizar ao abrigo do investimento RP-C21-i12 — Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos do Plano de Recuperação e Resiliência, que terão por base critérios de sustentabilidade.
- b) Os projetos de investimento, aprovados ao abrigo da referida candidatura, configuram projetos de investimento sustentável para a eletrificação e consequente descarbonização da frota de veículos de transporte público dos TUB, viabilizando poupanças que seguem padrões de sustentabilidade.
- c) Considerando a natureza das prestações, este tipo de procedimento enquadra-se na alínea a), do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicas.
- d) Não obstante, procedemos à abertura de um procedimento, convidando instituições bancárias com credibilidade no mercado português.

2 Entidade pública adjudicante

A Entidade Adjudicante é TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – Empresa Municipal, adiante designada por TUB/EM, sitos na Quinta de Santa Maria – Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e e-mail geral@tub.pt.

3 Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar e a correspondente autorização de despesa foi o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante acima referida.



4 Fundamento da escolha do procedimento

- a) O investimento RP-C21-i12 — Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos do Plano de Recuperação e Resiliência, visa a aquisição de 38 autocarros limpos destinados ao serviço público de transporte de passageiros e de 19 postos de abastecimento de fontes de energia limpas para frotas de transportes públicos;
- b) Assim, considerando a inexistência de recursos internos para assegurar o financiamento dos investimentos a realizar ao abrigo do financiamento aprovado verificou-se a necessidade de recorrer ao mercado para a contratação de financiamento bancário, nos termos definidos no presente Convite e Caderno de Encargos;
- c) A escolha do presente procedimento foi efetuada tendo por base a alínea a), do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

5 Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados até ao fim do prazo determinado na plataforma para esse efeito.

6 Idioma do Procedimento

- a) O idioma do presente procedimento é a língua portuguesa.
- b) Os documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a proposta, bem como todos os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução, na forma legal e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7 Documentos de Habilitação e Prazo para a Sua Apresentação

O adjudicatário deve entregar, nos termos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 115º, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação definidos no artigo 81º do CCP.

- a) PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – de acordo com Anexo IV;
- b) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, quando aplicável em conformidade com o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.
- c) O adjudicatário deve entregar ainda os seguintes documentos:
 - Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;
 - Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato;
 - Declaração de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas- Anexo V, do presente programa do procedimento.
 - Registo Central do Beneficiário Efetivo [RCBE];
 - Comprovativo de IBAN - Número de Identificação Bancária.

8 Documentos que constituem a proposta

9.1 A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- d) DEUCP e Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante Anexo I ao presente procedimento;
- e) ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS
- f) Documento que contenha as Condições Financeiras que se dispõe a fornecer, nomeadamente, Taxa de juros, periodicidade de cobrança de juros,

isenção de quaisquer comissões (preferencial), isenção de taxa de liquidação por antecipação mínima (preferencial);

- g) A proposta deve conter a indicação de que o concorrente aceita o foro de Braga para as questões emergentes do presente procedimento;
- h) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, nos termos definidos no nº5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Deverá ser anexa Procuração, caso os documentos sejam assinados por quem não tenha poderes para esse efeito;
- j) Certidão do Registo Comercial ou o código da Certidão Permanente para consulta;
- k) Podem igualmente integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considerar indispensáveis para os atributos da proposta apresentada.

9 Modo de Apresentação das Propostas e Prazo para a Entrega das Mesmas

- 9.1.** A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma Acingov, até ao 30º dia, data que será devidamente definida na plataforma.
- 9.2.** No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa de procedimento, ou seja, geral@tub.pt, com a devida evidência da indisponibilidade.
- 9.3.** O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

- 9.4.** A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.
- 9.5.** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
- 9.6.** No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9.7.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º (Anexo I), deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato (documento eletrónico) emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes.
- 9.8.** A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita no n.º 6 do presente normativo.
- 9.9.** A não apresentação de algum dos documentos indicados determina a exclusão da proposta.

10 Prazo de Validade das Propostas

Os concorrentes comprometem-se a manter válida as respetivas propostas por 66 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

11 Critério de Adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo custo, considerando aquele (o custo) no conjunto das condições, isto é, o valor que a entidade terá de pagar pelo financiamento contratado (juros e quaisquer comissões e encargos inerentes á operação - gestão, montagem, liquidação ou quaisquer outras).

12 Critério de Desempate

Em caso de empate, entre concorrentes cujas propostas apresentem o mesmo preço, e as mesmas condições, o desempate será efetuado através de um sorteio aleatório realizado pelo júri.

13 Decisão de Adjudicação

13.1 Após a análise da proposta, a Entidade Adjudicante, através do órgão competente, toma a decisão de adjudicação.

13.2 Com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notificará o adjudicatário da minuta do contrato e ainda para apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81º do CCP.

14 Não Adjudicação

14.1 Não há lugar à adjudicação quando circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

14.2 No caso do número 1, a Entidade Adjudicante dará início a um novo procedimento no prazo de três meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

15 Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

15.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma www.acingov.pt.

15.2. Quando algum dos documentos de habilitação se encontrar disponível na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante apenas o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

15.3. A Entidade Adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

16 Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

16.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado para a sua apresentação;
- b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

16.2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

16.3. Quando as situações previstas no número 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.

16.4. A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

17 Caução

O procedimento dispensa caução.

18 Minuta do Contrato

18.1. A minuta do Contrato é aprovada pela Entidade Adjudicante.

18.2. A Entidade Adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.

18.3. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum a violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a de elementos essenciais do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência.

18.4. A Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

18.5. A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos trinta dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

18.6. Todas as despesas resultantes da assinatura do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

19 Não Outorga do Contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do Contrato.

20 Contagem dos Prazos

20.1 Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.

20.2 Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

20.3 Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados os feriados nacionais.

21 Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e legislação complementar.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

[a que se refere o nº 4 do n.º 1 do artigo 69.º do CPA]

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) (identificação) na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão constante do nº 3 do artigo 69º.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto nos nºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização dos TUB, E.M. e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Data,

Assinatura eletrónica qualificada



ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**Fornecedores, Subcontratação e Parceiros**

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) promovem a integridade e ética organizacional, entre os seus colaboradores/as e restantes partes interessadas, difundindo boas práticas assentes numa política de "tolerância zero" à corrupção e infrações conexas, onde os recursos públicos, em particular na contratação pública, são utilizados com parcimónia e transparência, no estrito cumprimento legal e normativo, em especial no que diz respeito à norma ISO 37001.

Nesse contexto, os TUB esperam que todos com quem têm ou pretendem vir a ter relações profissionais/negócio na e para a empresa, seja a que título for, promovam uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, cumpram com as disposições previstas na sua Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, tenham controlos equivalentes razoáveis e proporcionais, para prevenir, detetar e combater a corrupção e infrações conexas, além de respeitar as leis anticorrupção. Assim, o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obriga-se a:

1. Promover uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, dando cumprimento às disposições previstas na Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos TUB e legislação aplicável, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente de corrupção e recebimento indevido de vantagem, em todas as suas formas, os quais se compromete a prevenir, detetar e combater, denunciando e rejeitando ativamente, abstendo-se de participar em circunstâncias que possam estar associadas a fenómenos corruptivos.
2. Garantir a prevenção de existência de conflitos de interesse, aquando da prestação de serviços a outras entidades, clientes, colaboradores/as ou outros fornecedores/parceiros dos TUB, informando os TUB de qualquer tentativa ou pedido de colaborador/a dos TUB para obter ou oferecer vantagens indevidas, divulgando e assegurando simultaneamente o cumprimento por parte dos seus colaboradores/as dos compromissos agora contratualizados.
3. Agir e decidir exclusivamente em função dos seus deveres, não podendo usufruir de quaisquer vantagens financeiras ou patrimoniais, diretas ou indiretas



(por interposta pessoa), para si ou para terceiros, ou de qualquer outra gratificação indevida em virtude do cargo que ocupa, pelo que está expressamente proibido de:

- a. prometer ou oferecer a um trabalhador/a dos TUB, familiares ou terceiros, vantagens ou promessa de vantagens que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das funções dos mesmos, nomeadamente:
 - i. Dinheiro, viagens ou alojamentos, presentes, bens, serviços ou entretenimento, eventos ou refeições, descontos ou acesso a serviços/produtos, se nas mesmas condições tal não for possível a qualquer pessoa, empréstimos ou qualquer vantagem ou promessa de qualquer tipo, qualquer que seja o seu valor;
 - ii. Emprego a familiares ou terceiros em cargos que possam conduzir a um conflito de interesses;
 - iii. Emprego ou envolvimento em atividades com um fornecedor atual, anterior ou futuro dos TUB enquanto funcionário/a dos TUB;
 - iv. Outras vantagens independentemente da sua natureza ou montante, como contrapartida da prática de um qualquer ato ou omissão relacionado com o exercício das suas funções.

4. O descrito no ponto anterior não abrange todas as possibilidades, sendo meramente exemplificativo de práticas não admissíveis pelos TUB. Em caso de dúvidas, problemas ou dificuldades o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, deverá contactar o Departamento Jurídico e Contratação Pública, dos TUB, responsável pelo Comité de Conformidade Anticorrupção da Empresa.

5. Fica o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obrigado a informar os TUB de qualquer situação, sob qualquer forma ou atividade, que tome conhecimento ou suspeite, de boa-fé ou com base numa convicção razoável, de violação da Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, por quem quer que trabalhe na e para a empresa, através de:

- i. Comunicação aos TUB,
- ii. Comunicação no Canal de Denúncias, gerido pelo Departamento Jurídico e Contratação Pública.

6. Os TUB asseguram que tudo farão para que o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio não seja alvo de qualquer forma de discriminação, nomeadamente de assédio ou represálias, por exercer o seu direito



de alerta, de boa-fé, com base em convicções razoáveis, independentemente do resultado da denúncia e mesmo que os factos relatados se venham a comprovar incorretos ou duvidosos.

7. O fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio que utilize de forma abusiva o canal de denúncias, para atribuir a outra pessoa ou aos TUB, mesmo sob a forma de suspeita, factos criminosos ou reprováveis, conhecendo ou não a sua falsidade, com o único propósito de difamar ou ofender, fica sujeito às penalizações disciplinares, civis e criminais legalmente aplicáveis.

8. Os TUB reservam-se no direito de apreciar e, quando necessário, investigar qualquer indício de corrupção por parte de, em nome de ou em benefício do fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, no que respeita ao presente Contrato, que tenha sido relatado, detetado ou de que razoavelmente suspeite.

9. O não cumprimento do presente documento, do Código de Ética e Conduta, bem como dos procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e demais legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal a que haja lugar, poderá dar origem a suspensão ou resolução do contrato, em função da gravidade e especificidade do caso.

Tomei conhecimento e proponho-me a agir em conformidade
